

OS CONFLITOS ENTRE OS PROJETOS DE MINERAÇÃO E OS PROCESSOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO: o caso de Congonhas no Quadrilátero Ferrífero em Minas Gerais

ARAÚJO, GUILHERME M. (1); CASTRIOTA, LEONARDO B. (2)

1. Universidade Federal de Minas Gerais. Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável.
Rua Paraíba, 697, sala 201, CEP 30130-140, Belo Horizonte /MG.
E-mail: guilhermemacara@gmail.com
2. Universidade Federal de Minas Gerais. Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável.
Rua Paraíba, 697, sala 201, CEP 30130-140, Belo Horizonte /MG.
E-mail: leocastriota@yahoo.com.br

RESUMO

Dentre as diferentes abordagens do conceito de paisagem, pode-se ressaltar a “territorial”, a “cultural” e a “política”. Na abordagem territorial, nota-se a ênfase no estudo das formas espaciais e sua diversidade, em seus elementos estruturantes e sua dinâmica, suas continuidades e descontinuidades, seus traçados, dentre outros elementos característicos. Assim, muitos trabalhos de pesquisa privilegiam os aspectos materiais do território observado. Assim, compreender a paisagem significa documentar a sua ocupação histórica e atual do território pela sociedade que o habita, com seus usos e práticas. Na abordagem cultural, as preocupações de pesquisa passam pela identificação dos atores (indivíduos, grupos, instituições, etc.) presentes no território, suas relações, a maneira como qualificam as paisagens, seus significados. Por sua vez, a abordagem política permite investigar como as decisões influenciam na transformação dos territórios, bem como suas intenções explícitas ou implícitas. Como pode-se perceber, o conceito de paisagem possui uma base material, ao mesmo tempo em que sustenta aspectos simbólicos, além de permitir a investigação das

relações de poder no território. Neste sentido, pode-se perceber a relação de proximidade entre os conceitos de paisagem e território. O território pode ser visto como resultado das relações econômicas ou de produção, bem como da apropriação simbólica do espaço. Como aponta Claude Raffestin, o território pode ser entendido como espaço apropriado, ou seja, um ator sintagmático territorializa o espaço na medida em que se apropria dele materialmente ou simbolicamente. Nessa perspectiva, é possível identificar disputas entre as diferentes maneiras de se apropriar do território, seja materialmente ou simbolicamente, na qual pode-se destacar os conflitos gerados entre os projetos de mineração e dos processos de patrimonialização da paisagem. O presente artigo tem como objetivo discutir os conflitos entre os projetos de mineração e os processos de patrimonialização da paisagem, entendido como reveladores da relação entre os grupos sociais e o território, permitindo delinear um caminho para a investigação do decorrente “campo do poder”. Ao analisar as tensões existentes nesse campo, pode-se indagar sobre a influência dos diferentes atores sociais nas decisões sobre as formas de apropriação do território. Essa análise pode contribuir para a construção de caminhos para a investigação sobre a relação sociedade, paisagem e território, possibilitando a discussão sobre a construção de políticas públicas para a preservação do patrimônio levando em consideração as relações de poder estabelecidas entre os diferentes atores sociais.

Palavras-chave: território, mineração, patrimonialização, poder

1. Introdução

Nos últimos tempos, percebe-se que a questão da proteção e preservação das paisagens tem se tornado bastante relevante em alguns países, sendo possível perceber, até mesmo, uma crescente demanda social pela paisagem (DONADIEU, 2013; LUGINBÜHL, 2001). A emergência dessa demanda está fortemente vinculada à degradação ambiental provocada pelas atividades antrópicas, bem como da decorrente necessidade de se pensar em novos modelos de desenvolvimento sustentável que considerem aspectos socioambientais, bem como ao reconhecimento da importância da paisagem como elemento construtor das identidades coletivas, como pode ver, por exemplo, expresso na Convenção Europeia da Paisagem de 2000.

No caso brasileiro, cabe destacar o surgimento da portaria no. 127 de 2009, que estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira, definida como “uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores”. Pode-se dizer que tal reconhecimento está ligado à ideia da valorização da diversidade cultural brasileira expressa no território. Contudo, é possível notar os correntes conflitos locais provocados pelos efeitos as atividades antrópicas no território. Nota-se, por exemplo, a veiculação de notícias pela mídia, chamando a atenção para os efeitos nefastos de algumas atividades antrópicas, muitos deles ligados a projetos de caráter fortemente econômico. Tais projetos incidem sobre o território, deixando marcas visíveis nas paisagens, como é o caso da atividade de mineração. Nesses casos, é notável a percepção da sociedade sobre as paisagens degradadas resultantes dos processos de mineração. Nesse sentido, a paisagem degradada torna-se a face visível de processos sociais e espaciais complexos, que incidem sobre o território.

Assim, a paisagem, como um constructo, pode revelar os processos sociais e espaciais mais complexos. A paisagem não pode ser tratada apenas pela parte visível do território, mas como a ponta do *iceberg* a partir da qual pode-se desvendar tais processos. Segundo Georges Bertrand e Laurent Lelli,

C'est non seulement toute la dimension de l'imaginaire et de la symbolique, mais c'est encore l'ensemble des mécanismes, biophysiques, politiques et socioéconomiques, qui expliquent le paysage, sa structure formelle comme sa dynamique. (BERTRAND; LELLI, 2009, p.200)

Ao olhar uma paisagem, um pesquisador pode investigar seus aspectos materiais, como sua forma e processos, mas também sobre seu aspecto simbólico e político. A paisagem ancora-se, ao mesmo tempo, na materialidade do território, bem como no olhar dos indivíduos e grupos sociais.

Sabe-se que explorar um território ou proteger os recursos territoriais parece ser fruto de decisões e escolhas feitas pela sociedade. Nessa perspectiva, torna-se fundamental investigar as formas de legitimação dessas escolhas. Afinal, por serem resultado de processos históricos, posições sobre a preservação de porções do território através da patrimonialização ou a sua exploração através da mineração podem ser, de tempos em tempos, legitimadas e deslegitimadas. Os conflitos entre a mineração e a patrimonialização podem revelar distintos projetos de apropriação e significação do mundo material. Tal constatação pressupõe a construção de um quadro analítico pertinente, que poderia contribuir para o conhecimento de relações de poder muitas vezes pouco explícitas. Além disso, acredita-se que essa abordagem poderia contribuir para a construção de políticas públicas com legitimidade democrática, uma vez que ela permitiria revelar a estruturas de poder hegemônicas bem como as estratégias para sua subversão.

Quando se analisa o conceito de paisagem, pode-se notar que este permite desvendar, por exemplo, um projeto político e ideológico ancorado no território (BERTRAND; LELLI, 2009). Nesse sentido, o território pode ser visto com um campo, uma arena das lutas sociais (HAESBAERT, 2007), onde a sua análise permite revelar distintos processos de apropriação dos elementos territoriais pelos grupos sociais, uma apropriação que pode ser material ou simbólica. Nesse sentido, pode-se perguntar se as representações da paisagem não constituem, em si, um aspecto das lutas sociais (BERTRAND, 1978)? Os conflitos entre a mineração e preservação do patrimônio podem ser compreendidos como um aspecto das lutas simbólicas? Como os diferentes grupos sociais interferem nas decisões políticas que incidem sobre o território? Quais seriam as estratégias e ações utilizadas pelos grupos sociais? Como os discursos contribuem para a legitimação das decisões? Como os interesses e valores que motivam as ações dos diferentes grupos sociais estão ancorados nos elementos materiais do território?

Congonhas encontra-se na região onde o descobrimento do ouro nos vales dos rios motivou entradas com presença de mineiros práticos das lavras de São Paulo. As atividades da extração mineral, principalmente de ouro e ferro, marcaram a ocupação

do território e foram importantes no desenvolvimento da sua história e da sua cultura. Interessante notar que o florescimento econômico da região seria o grande responsável pelo florescimento da arte barroca. Assim, pode-se afirmar que a riqueza surgida pela exploração mineral financiou a construção de vários dos elementos artísticos que compõem sua paisagem e que agora ameaçam a sua destruição. Apesar de uma longa trajetória de reconhecimento como um valioso recurso para a sociedade, atualmente, podemos ver que o município tem sofrido fortes pressões pela modificação da sua paisagem, causadas principalmente por imperativos do *campo econômico*, muitas vezes justificados pela necessidade de desenvolvimento local. Um dos principais atores nesse campo é a Companhia Siderúrgica Nacional (CNS), uma empresa multinacional que, além de atuar em 18 Estados brasileiros, atua em nos Estados Unidos, Alemanha e Portugal. Suas ações estão listadas nas Bolsas de Valores de São Paulo (BM&FBovespa) e de Nova York (NYSE) e em 2001, vem intensificando seu processo de internacionalização. A ação da CSN que incide sobre o território local mas é regulada pelos fluxos econômicos globais que, ora entram em conflito ora convergem com interesses locais.

Em Congonhas, recentemente, pode-se notar o crescente interesse na exploração de minério na Serra da Casa de Pedra pela CSN. A empresa previa quadruplicar o volume explorado na região – passando dos atuais 25 milhões de toneladas ao ano para 100 milhões de toneladas. Pode-se perceber que esse projeto despertou posicionamentos distintos dos moradores da cidade. Tal ação seria vista pelos seus defensores como a vocação da cidade, como pode-se notar na fala do prefeito de Congonhas, onde se destaca que "seria muito mais cômodo, agora que vou deixar o governo, depois de oito anos, ter uma postura demagógica e defender a serra e a água. Mas tenho uma responsabilidade enorme com o futuro da cidade" (CAMARGOS, 2012d). Segundo a notícia veiculada no jornal Estado de Minas, a prefeitura municipal haveria criado um "ambiente institucional" favorável ao investimento das mineradoras.

Como se sabe, os empreendimentos dessa natureza configuram-se como grandes projetos de investimento (GPI) no setor minero-siderúrgico, encabeçado por grandes empresas. Na década de 1970, segundo Carlos Vainer, os GPI contribuíram para a produção de uma forma particular de integração nacional, polarizados pelos núcleos urbano industriais (VAINER, 2007; VAINER; ARAUJO, 1992). Contudo, os GPI na

atualidade não apresentam as mesmas características como anteriormente, quando boa parte das empresas estavam sob controle do Estado. Como aponta Vainer,

[...] a privatização do Setor Elétrico, da CVRD, da CSN, da rede ferroviária, etc, ao lado da ausência ou fragilidade do planejamento em uma série de setores estratégicos, tem como conseqüência o império de opções e decisões de empresas privadas, estas sim tornadas soberanas. A privatização dos setores responsáveis pela infra-estrutura acabou tendo como corolário a privatização dos processos de planejamento e controle territorial que são intrínsecos aos grandes projetos (VAINER, 2007, p. 11).

Como se pode constatar na literatura, os GPIs “conformaram verdadeiros enclaves territoriais – econômicos, sociais, políticos, culturais e, por que não dizer, ecológicos, introduzindo um importante fator de fragmentação territorial” (VAINER, 2007, p. 11). Os GPI se constituem como uma forma de organização territorial que se sobrepõe a todos os outros interesses, provocando a fragmentação do território e instaurando circunscrições e distritos, constituindo “territórios dentro de territórios”. Segundo Elsa Laurelli, os grandes projetos de investimento são

[...] grandes unidades produtivas, a maioria das quais para o desenvolvimento de atividades básicas, como arranque oi início de possíveis cadeias produtivas, para a produção de aço, cobre e alumínio, outras para extração de petróleo, gás e carvão, dedicadas à sua exploração em bruto e/ou transformação e refinarias ou centrais termelétricas... grandes represas ou obras de infraestrutura associadas ou não aos exemplos anteriores... complexos industriais portuários, e, em outra escala, usinas nucleares, geotérmicas, etc. (LAURELLI, 1987, p.133 *apud* VAINER; ARAUJO, 1992, p.29)

Ainda, segundo Carlos Vainer e Frederico Araújo, os GPI

são empreendimentos que consolidam o processo de apropriação de recursos naturais e humanos em determinados pontos do território, sob a lógica estritamente econômica, respondendo a decisões e definições configuradas em espaços relacionais exógenos aos das populações/regiões das proximidades dos empreendimentos. (VAINER; ARAUJO, 1992, p. 34)

Desta maneira, o presente trabalho pretende, assim, partindo de uma revisão bibliográfica, abordar a relação entre os conceitos de território, paisagem e patrimônio, buscando compreender a relação entre os diferentes grupos sociais com o substrato material, analisando as formas de apropriação material e simbólica do território,

partindo de um estudo de caso do município de Congonhas, no Quadrilátero Ferrífero em Minas Gerais.

2. A paisagem e as relações de poder

Nas diferentes maneiras de se investigar a paisagem, pode-se notar, como propõe Marie-José Fortin, sua abordagem pelo aspecto territorial, cultural e política. Pela abordagem territorial, a paisagem é o resultado da ação humana sobre o mundo exterior que se apresenta ao observador. Por outro lado, pela abordagem cultural, a paisagem é uma “forma de ver” o mundo exterior. Por fim, pela abordagem política, a paisagem abarca relações de poder e é vista como objeto de disputas entre diferentes grupos sociais. Pela abordagem sócio-política, entende-se que a paisagem é um instrumento de mediação social e um modo de apropriação simbólica ou real do território (FORTIN, 2008). A abordagem política se apresenta extremamente interessante pois permite problematizar o conceito de paisagem, entendendo-a como parte de um mundo social, como realidade material e mental, sempre em disputa entre diferentes grupos sociais.

Desde as pesquisas que buscam a origem do conceito de paisagem até suas diferentes maneiras de sua compreensão atual, é possível notar as mais diferentes abordagens. Pode-se constatar ainda que muitas pesquisas abordam a paisagem por seus aspectos materiais ou territoriais. O que caracteriza essa abordagem territorial é a ênfase no estudo das formas espaciais e sua diversidade, em seus elementos estruturantes e sua dinâmica, suas continuidades e descontinuidades, seus traçados, dentre outros elementos. Conforme propõe Marie-José Fortin, numa abordagem “territorial” da paisagem, pode-se dizer que muitos trabalhos de pesquisa privilegiam os aspectos materiais do território observado. Assim, *“saisir le paysage consiste alors à documenter l’occupation historique et actuelle du territoire par les sociétés qui l’habitent, leurs usages et leurs pratiques”* (FORTIN, 2008, p.58).

Nessa perspectiva, destaca-se a abordagem morfológica de Carl Sauer, sintetizada e publicada em 1925 com o título de “A morfologia da Paisagem”. Para o geógrafo, “todo campo do conhecimento é caracterizado por sua preocupação explícita com um certo grupo de fenômenos, que ele se dedica a identificar e ordenar segundo suas relações” (SAUER, 1963, p.316). Nessa abordagem, os fatos são agrupados com base no crescente conhecimento de suas conexões, denotando uma abordagem científica. Cada ciência trará de uma seção da realidade que é o seu campo. No que diz respeito

ao conteúdo, a geografia possui três campos, muitas vezes abordados de forma desconexa: o estudo da superfície terrestre como meio dos processos físicos; o estudo das formas de vida sujeitas ao seu ambiente físico; e o estudo da diferenciação de área ou corologia.

Nessa perspectiva, destaca-se o trabalho de W.G. Hoskins, em particular seu livro intitulado "*The Making of the English Landscape*", no qual o autor defende uma pesquisa baseada no trabalho de campo e na observação como fundamento para a análise da paisagem com vistas à sua reconstrução histórica. Para Hoskins, é necessário conhecer os processos históricos que deram origem à forma da paisagem e que permitem conhecê-la em sua variedade de região para região. Segundo o autor, "a paisagem inglesa, em si mesma, para aqueles que sabem como lê-la corretamente, é o mais rico registro que possuímos" (HOSKINS, 2014, *ebook*).

Outro autor importante para se compreender a abordagem territorial da paisagem é John Brinckerhoff Jackson. Em sua obra, nota-se um diálogo constante entre a geografia humana e as ciências sociais. Segundo Jean-Marc Besse, a teoria jacksoniana da paisagem se articula a partir de dois enunciados: "a paisagem é um espaço organizado, isto é, composto e desenhado pelos homens na superfície da Terra; a paisagem é uma obra coletiva das sociedades que transformam o substrato natural" (BESSE, 2014, p.29). Na perspectiva de John Brinckerhoff Jackson, "landscape is a concrete, three-dimensional shared *reality*" (JACKSON, 1984, p.5). A abordagem teórica de Jackson considera a paisagem como "uma produção cultural, mas considera a cultura nos níveis material e espacial, isto é, a cultura encarnada em práticas, obras e produções de todo o tipo" (BESSE, 2014, p.29). Neste sentido, a partir dessa perspectiva, toda paisagem é cultural, no sentido em que é produzida pelas coletividades através de práticas econômicas, políticas, sociais, etc.

Pela abordagem cultural, a paisagem é entendida como "um modo de ver", enfatizando seu caráter subjetivo e simbólico, e não apenas "o que vemos", como um dado objetivo de uma realidade externa ao observador. A questão central passa a ser "como vemos" e não "o que vemos". Tal perspectiva enfatiza que "o que vemos" está relacionado à nossa cultura e educação, sendo esses importantes fatores na definição de nosso modo de perceber o mundo exterior. O entendimento de que as crenças e valores moldam os modos de perceber, ver e representar o mundo exterior.

Nessa abordagem, Augustin Berque em seu trabalho intitulado “Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural”, distingue e correlaciona os aspectos objetivos e subjetivos da paisagem. Nessa perspectiva, a paisagem, como manifestação concreta, está exposta à análise objetiva. Contudo, a paisagem existe, em primeiro lugar, na sua relação com um sujeito coletivo. A paisagem é produzida, reproduzida e transformada pela sociedade de função de certa lógica. A paisagem pode ser vista como uma marca da sociedade, mas é também uma matriz de pensamento da sociedade. Segundo Berque,

[...] en tant que manifestation concrète, le paysage s'offre naturellement à l'objectivation analytique de type positiviste; mais il existe d'abord dans sa relation à un sujet, un sujet collectif: la société qui l'a produit, le reproduit et le transforme en fonction d'une certaine logique. Chercher à définir cette logique pour essayer de comprendre le sens du paysage, c'est le point de vue culturel qu'on a indiqué plus haut. (BERQUE, 1984, p.33)

Na visão do autor, considerar a paisagem como marca, ou seja, como um dado externo, suscetível à análise objetiva, só pode ter como resultado um distanciamento do objeto. A paisagem é um dado sensível passível de ser descrito e explicado. O posicionamento epistemológico dessa abordagem é o da abstração do sujeito com o qual essa paisagem se relaciona.

Na abordagem política, destaca-se o trabalho do geógrafo Denis Cosgrove. Para este, a percepção da paisagem está relacionada ao aparecimento da perspectiva no século XV no norte da Itália, constituindo-se na base sobre a qual a paisagem é, não apenas, objeto de representação, mas sobretudo de controle e autoridade. Segundo John Wylie (2011), Cosgrove associa a representação da paisagem com ordem, controle e autoridade e, principalmente, a associa a formas de poder nela codificadas e sustentadas por produtos culturais.

A emergência da abordagem subjetiva e simbólica da paisagem está relacionada ao “esgotamento” da contribuição saueriana, que segundo autores como James Duncan, fora bastante influenciada por uma noção “supraorgânica” de cultura. Segundo o autor, “nessa teoria a cultura é vista como uma entidade acima do homem, não redutível às ações dos indivíduos, misteriosamente respondendo a suas próprias leis (DUNCAN, 1980, p.182). Essa abordagem tem como características usar um conceito pouco

problematizado de cultura, tratando os indivíduos como passivos e homogêneos, meros possuidores de hábitos e costumes e, finalmente, um conceito de cultura determinista que impede a análise crítica de questões ligadas à diferença e conflito (WYLIE, 2001). Segundo Duncan (1980), uma consequência desse conceito de cultura “é a pouca ou nenhuma discussão sobre a estratificação social, os interesses políticos de grupos particulares e os conflitos que surgem de seus interesses opostos” (DUNCAN, 1980, p.191). Essa abordagem não analisa criticamente a paisagem e sua representação como objeto de disputa entre os diferentes agentes sociais.

Conforme aponta Jean-Marc Besse, na abordagem política, o conceito de paisagem serviu “ideologicamente para ‘naturalizar’ a dimensão desigual das relações sociais, ocultando a realidade dos processos históricos e conflitantes que as produziram” (BESSE, 2014, p.106). Nessa mesma perspectiva, Kenneth Olwig busca um entendimento da paisagem como algo “real” como algo material, que pode ser conhecida a partir das relações com a história das sociedades com a maneira pela qual estas usam, valorizam e transformam o mundo (OLWIG, 1996). O autor defende o retorno ao significado substantivo da paisagem como lugar de interação humana e ambiental. Cabe ressaltar dentre os trabalhos de Kenneth Olwig seu livro “*Landscape, Nature, and the Body Politic: From Britain's Renaissance to America's New World*”, no qual o autor busca as origens do conceito de paisagem em textos jurídicos de diferentes países, concluindo que seu significado não se aproxima do entendimento da paisagem como “ponto de vista sobre o território”, tendo, ao invés disso, uma conotação muito mais jurídica e política, significando uma comunidade territorial (OLWIG, 2002). Nessa perspectiva, o conceito de paisagem pressupõe tanto à existência tanto de um regime político quanto de um território (BESSE, 2014).

3. A relação entre o território, paisagem e patrimônio

Como pode-se perceber, existe uma relação de proximidade entre as diferentes abordagens da paisagem e o território. A abordagem territorial da paisagem preocupa-se com o resultado da interação entre a sociedade e a natureza num determinado território, com forte ênfase na análise das formas e processos culturais e ecológicos. A abordagem territorial da paisagem permite investigar os elementos estruturantes da paisagem, como por exemplo seus aspectos geomorfológicos.

Por outro lado, essa abordagem também permite investigar os processos históricos de ocupação de um territórios, os usos que foram ou são praticados pelas sociedade ao

longos dos tempos, bem como seus impactos e inter-relações com os processos ecológicos. Por sua vez, na abordagem cultural da paisagem, as preocupações de pesquisa passam pela identificação dos atores (indivíduos, grupos, instituições, etc.) presentes no território, suas relações, a maneira como qualificam as paisagens, seus significados, bem como os valores que são atribuídos à paisagem (FORTIN, 2008).

Já na abordagem política, "*le paysage est conçu comme un lieu de médiation sociale et un enjeu d'appropriation du territoire, appropriation autant symbolique que matérielle*" (FORTIN, 2008, p.61). A abordagem política da paisagem nos permite investigar como as decisões influenciam na transformação dos territórios, bem como suas intenções explícitas ou implícitas. Entendendo a paisagem como um conceito mediador entre a sociedade e o território, é possível também indagar sobre a participação dos diferentes grupos nas decisões sobre a sua transformação (FORTIN, 2008).

Todas essas abordagens apresentam pontam que a paisagem possui uma dimensão cultural e material. Nas formas de abordagem da paisagem apresentadas, fica evidenciada a relação inextricável entre os conceitos de paisagem e território. Assim, parece ser fundamental considerar tal relação quando se trata de discutir a preservação das paisagens. Além disso, parece possível considerar os conflitos sobre a preservação da paisagem como patrimônio como parte dos conflitos territoriais que envolvem a sociedade. A exploração dos recursos do território ou a sua preservação como um patrimônio depende das escolhas feitas pela sociedade. Assim, é interessante também pensar na estreita relação entre os conceitos de território, patrimônio cultural e paisagem. Como se sabe, o patrimônio cultural não é um dado objetivo de uma realidade exterior, senão o resultado da apropriação do território pelos grupos humanos. Nesse processo, "*le groupe qui se l'approprie (le territoire ou le patrimoine), non seulement en comprend la signification, mais encore s'identifie à travers lui*" (LENIAUD, 1992 *apud* DI MÉO, 1994, p.17). Desta maneira, pode-se pensar que o patrimônio possui sempre uma ligação íntima com o território, ou seja, implica num processo de territorialização.

Da mesma maneira que a paisagem, o próprio conceito de território pode ser entendido a partir de seus aspectos materiais e ideais, conforme nos mostra Rogério Haesbaert. Na posição materialista, fortemente influenciada pelo pensamento marxista, o território é visto pelas relações econômicas ou de produção. Nessa perspectiva, pode-se ver que o território torna-se, antes de mais nada, uma fonte de

recursos a ser utilizada e explorada pela sociedade. Na abordagem idealista, o conceito de território permite a análise de sua dimensão subjetiva ou de apropriação simbólica, como aponta o próprio Maurice Godelier (1986).

Pode-se dizer que a abordagem do território a partir de seus aspectos simbólicos é minoritária (HAESBAERT, 2007), mas é bastante enfatizada por alguns autores como Joël Bonnemaïson e Luc Cambrezy. Nessa perspectiva, o conceito de território remete principalmente ao valor simbólico, que permite interpretar as questões contemporâneas de conflito entre as sociedades, bastante limitada na leitura utilitarista. Para os autores,

a existência e mesmo a imperiosa necessidade para toda sociedade humana de firmar uma relação forte, ou mesmo uma relação espiritual com seu espaço de vida, parece claramente estabelecida (BONNEMAISON; CAMBREZY, 1996, p.10).

Joël Bonnemaïson e Luc Cambrezy afirmam que “o poder do laço territorial revela que o espaço está investido de valores não apenas materiais mas também éticos, espirituais, simbólicos e afetivos. É assim que o território cultural precede o território político e com ainda mais razão precede o espaço econômico” (BONNEMAISON; CAMBREZY, 1996, p.10). Para os autores, é o valor simbólico que faz do território “um construtor de identidade, talvez o mais eficaz de todos (BONNEMAISON; CAMBREZY, 1996, p.14).

Como se pode perceber, o território, este é entendido como uma área geográfica que contém recursos que poderão ser dominados ou apropriados por um determinado grupo social. Aqui, cabe distinguir entre os conceitos de domínio e apropriação, conforme sugerido por Rogério Haesbaert. Para o autor, o território é ao mesmo tempo apropriação (no sentido mais simbólico) e domínio (num enfoque mais concreto, político-econômico) de um espaço socialmente partilhado. Assim, a construção do território pode resultar da articulação de duas dimensões principais: a primeira mais material / concreta / objetiva e ligada à esfera político-econômica; ou seja, o território possui uma dimensão mais objetiva, que pode-se denominar de dominação do espaço, num sentido mais concreto, realizada por instrumentos de ação político-econômica (SOUZA, 1995; HAESBAERT, LIMONAD, 2007). Por outro lado, o território possui uma segunda dimensão mais imaterial / simbólica / subjetiva, vinculada, sobretudo, à esfera da cultura e do conjunto de símbolos e valores partilhados por grupos sociais.

3.1. O estudo dos atores sociais como estratégia metodológica

O conceito de território pode revelar as maneiras como os diferentes grupos sociais se apropriam do espaço, materialmente ou simbolicamente. Por trás desse entendimento subjaz a crença de que o espaço não é somente o palco para as relações sociais, mas também as condiciona, já que estas são referenciadas pela materialidade e pelos significados nela inscritos ou a ela associados, tal como pelas relações de poder. A dimensão espacial constitui um traço fundamental da ação humana e a produção do espaço está associada à ação de diferentes agentes sociais concretos, com papéis, interesses, contradições e práticas espaciais que podem ser, ora próprios, ora comuns. Assim, a produção do espaço é

consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros seguimentos da sociedade. (CORRÊA, 2011, p. 43)

Desta maneira, o estudo dos atores sociais e suas práticas espaciais parece ser uma boa estratégia metodológica para abordar os conflitos entre as diferentes formas de apropriação do território. Conforme aponta Guy di Méo, a “entrada metodológica pelo ator se revela a mais fecunda para analisar os conteúdos sociais dinâmicos que configuram o espaço geográfico”(DI MÉO; BULÉON, 2007). A análise dos atores sociais no permite compreender como os indivíduos e grupos (e até mesmo instituições) projetam sobre a realidade exterior suas representações e, partindo delas, delimitam seus objetos de interesse e suas estratégias de ação. Os grupos humanos se apropriam do território, dotando-o de significado. Como aponta Claude Raffestin,

[...] o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p.143)

Os atores sempre se espacializam, ou melhor, se territorializam, quer por meio de condições privilegiadas pelas quais eles se relacionam num determinado território. Toda participação em uma decisão, quer seja a construção de uma estrada, quer seja a construção de uma edificação, implica numa ação territorializada. Desta maneira, podemos concluir que se sem ator, não haveriam territórios. Contudo, como nos

aponta Guy di Méo e Pascal Buléon (2007), a capacidade de ação dos atores no território dependem das condições de cada momento histórico.

Conforme a abordagem de Guy di Méo e Pascal Buléon (2007), podemos identificar três tipos básicos de atores. Os primeiros são os atores exógenos, ou seja, é aquela ator que não se identifica afetivamente com o território e o observa à distância. Sua maneira de agir é, por vezes, fria, tratando o território como mero objeto de cobiça. Sua decisões geralmente impactam as condições de vida dos outros indivíduos. Numa situação diametralmente oposta, encontramos os atores endógenos, ou seja, aqueles que possuem ligações afetivas e se identifica plenamente com o território. Por fim, os atores transicionais, ou seja, são aqueles que se integra, mais ou menos, progressivamente, quer seja por se identificarem ou por habitarem no território.

As ações desse atores podem provocar transformações completamente distintas no território. Por exemplo, uma ação sistemática de atores exógenos pode “agravar os efeitos de dependência, dominação externa, da instrumentalização dos lugares, por forças que buscam a garantia de renda ou o exercício de um poder” (DI MÉO; BULÉON, 2007, Kindle Locations 638-640). Por outro lado, uma ação territorializada partindo de atores endógenos, ou seja, por grupos ou instituições localizadas, envolvidos no cotidiano dos lugares, podem ser “provas superiores de democracia, de autonomia e independência, de legitimidade, de gestão precavida e durável do patrimônio coletivo” (DI MÉO; BULÉON, 2007, Kindle Locations 641-643).

Assim, quando se analisa os conflitos envolvendo os projetos de mineração do território e a sua proteção como um patrimônio, nota-se a existência de diferentes atores sociais que buscam exercer influências sobre as decisões políticas visando garantir determinados interesses. Nesse jogo, os diferentes atores sociais constroem, por meio da ação e do discurso, situações reais que podem garantir o alcance de resultados totalmente associados às suas posições no espaço social, onde “a eficácia do discurso performativo que pretende fazer sobrevir o que ele enuncia no próprio ato de enunciar é proporcional à autoridade daquele que o enuncia” (BOURDIEU, 2011, p. 116). Nessa situação, atores que ocupam posições dominantes no espaço social também estão em posições dominantes no campo da produção das representações e das ideias (ACSELRAD, 2000).

4. O território, o campo do poder e as lutas simbólicas

Esse trabalho parte do pressuposto de que os conflitos entre os projetos de mineração e patrimonialização podem revelar distintas maneiras de apropriação simbólica e material do território. Contudo, cabe indagar se os conflitos entre essas diferentes maneiras de apropriação poderiam ser entendidas como parte das disputas simbólicas pela implementação de projeto políticos e ideológicos ancorados no território. É nessa perspectiva que busca-se uma reflexão sobre a contribuição da teoria social na abordagem de tais conflitos, em especial aquelas desenvolvidas por Pierre Bourdieu.

Segundo aquele autor, os diferentes grupo sociais agem estrategicamente para dar sentido ao mundo social, permitindo a manutenção das relações de dominação através do poder simbólico. Como afirma Bourdieu, “o poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: o sentido imediato do mundo (e, em particular, no mundo social)” (BOURDIEU, 2011, p.9). Entende-se que os sistemas simbólicos cumprem funções políticas, onde a ideologias, que servem a interesses particulares, tendem a se apresentar como universais. Em sua palavras,

[...] uma cultura dominante preenche sua função ideológica – isto é, política –, de legitimar uma ordem arbitrária; em termos mais precisos, é porque enquanto uma *estrutura estruturada* ela reproduz sob forma transfigurada e, portanto, irreconhecível, a estrutura das relações sócio-econômicas prevalecentes que, enquanto uma *estrutura estruturante* (como uma problemática), a cultura produz uma representação do mundo social imediatamente ajustada à estrutura de relações sócio-econômicas que, doravante, passam a ser percebidas como naturais e, destarte, passam a contribuir para a conservação simbólica das relações de força vigentes. (BOURDIEU, 1971 *apud* MICELI, 2007)

Na teoria social de Pierre Bourdieu, o conceito de campo refere-se ao espaço social específico de atuação dos atores em jogo. O campo é, de fato, uma arena, um campo de batalha no qual os atores sociais estão posicionados conforme seu capital (THOMSON, 2008). Segundo Pierre Bourdieu, o campo pode ser descrito

[...] ao mesmo tempo, como um campo de forças, cuja necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram envolvidos, e como um campo de lutas, no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura do campo de forças,

contribuindo assim para a sua conservação ou a transformação de sua estrutura. (BOURDIEU, 2008, p.50)

Os campos são produtos da história, determinados e delimitados pela existência de interesses específicos (como por exemplo, o campo econômico, o político, o cultural, etc.) que são ocupados por diferentes atores sociais, como indivíduos, instituições, etc. O que determina a vida num campo é a ação dos atores sociais, que detêm capital e investem seus recursos em prol de um retorno em particular, variável conforme as regras do campo. Assim, pode-se dizer que os campos são microcosmos no mundo social, formados por atores dotados de um mesmo *habitus*. Assim como um *habitus*, tais campos possuem sua *doxa* (opinião consensual) e seu *nomos* (as leis que regem a luta pela hegemonia no campo).

É importante notar que os campos são constituídos pelos grupos sociais em condições que mudam com o tempo. Mudadas as condições, existe sempre a possibilidade de sua transformação. Assim, como pode-se perceber, a teoria social de Pierre Bourdieu permite analisar as estruturas objetivas (posição no campo social) e as estruturas subjetivas (categorias de construção do sentido do mundo social), além dos processos históricos que as dão origem, bem como esses interferem nos modos de construção de sentido do mundo.

A sobreposição dos diferentes campos de atividade humana no espaço social gera o que Pierre Bourdieu chama de “campo de poder”. Para se investigar tal campo de poder, é necessário compreender a sua autonomia relativa, identificando suas propriedades particulares, bem como a influência das relações externas ao campo (econômicas e políticas, por exemplo). Para tanto, pode-se considerar, que alguns campos interferem em diversas atividades sociais. Por exemplo, pode-se dizer que poucas atividades escapam à lógica econômica, ou seja, o campo econômico “é uma realidade transversal em relação do conjunto de domínios de atividade” (LAHIRE, 2017, p.40). O mesmo pode ser considerado a respeito da capacidade de influência do campo político ou jurídico nas demais esferas da vida social.

Considerando, a teoria social de Pierre Bourdieu, parece ser possível analisar os efeitos dos processos de patrimonialização e mineração sobre o território, bem como o campo de poder decorrente. Nesse campo de poder, os diferentes atores envolvidos na atividade social de patrimonialização e mineração do território possuem posições distintas e, conseqüentemente, diferentes capacidades de influência nas decisões. Além disso, as posições dos atores sociais podem revelar diferentes relações com os

elementos do território, permitindo compreender as formas de apropriação material e simbólica. Os diferentes atores parecem utilizar de discursos ideológicos que permitem sustentar suas posições no campo. Contudo, se considerar-se que o campo de poder é resultado de processos históricos, pode-se pensar que as posições sobre as diferentes formas de apropriação do território podem ser, de tempos em tempos, legitimadas e deslegitimadas (ACSELRAD, 2000). Desta maneira, para se investigar os conflitos entre a patrimonialização e os projetos de mineração, é preciso analisar a sua complexa estrutura de poder, bem como a maneira como esta pode interferir nas decisões que afetam o território. É preciso considerar a complexa rede de atores sociais que estão envolvidos nessas atividades.

5. Os conflitos entre a proteção do patrimônio cultural e mineração do território em Congonhas/MG

No caso de Congonhas, no Quadrilátero Ferrífero, parece ser possível entender esse conflito como resultado de um processo histórico de atuação de diferentes atores sociais, em cujo cerne encontra-se o antagonismo entre o “desenvolvimento” e a “preservação”. Pode-se notar, que seu território vem se constituindo como objeto de disputa desde as décadas de 1930 e 1940, onde as atividades de mineração no município foram intensificadas pela atuação do governo federal, ao mesmo tempo em que as políticas de preservação do patrimônio cultural começaram a ser implementadas.

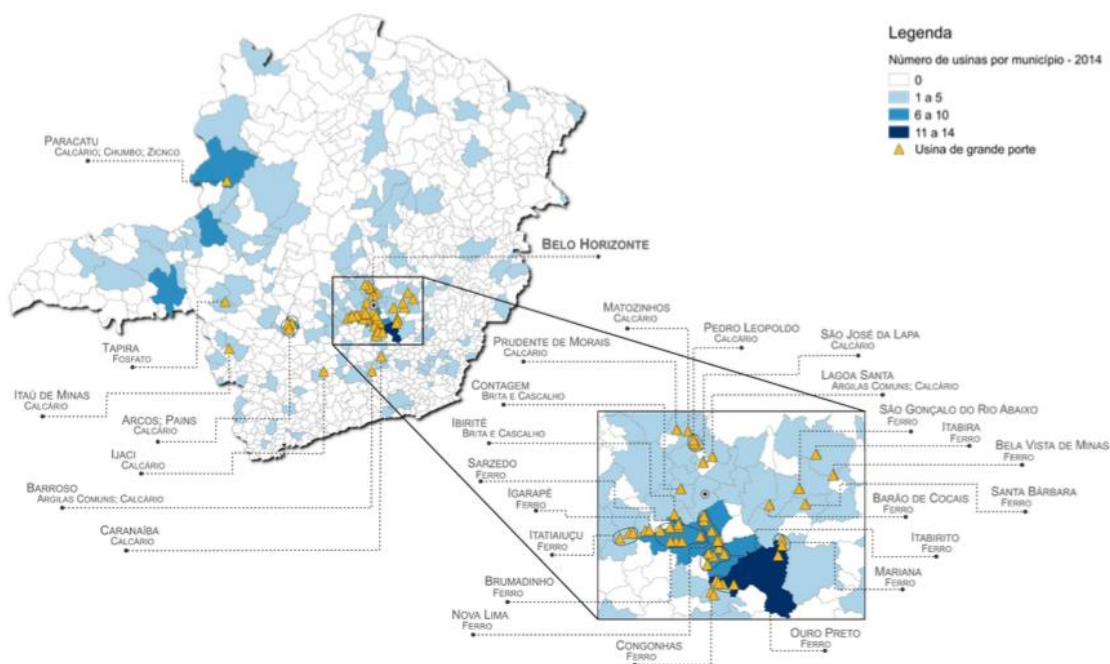
O município de Congonhas constituiu-se como importante centro de extração de minério de ferro, ao mesmo tempo que foi considerado detentor de significativo patrimônio cultural do país. Parece ser possível perceber que essas diferentes formas de apropriação do território, a mineração e a patrimonialização, dizem respeito a campos de atividade social historicamente consolidados, que tem como objeto a disputa pelo território envolvendo diferentes atores exógenos, endógenos e transicionais.

5.1. Congonhas como polo econômico

O estado de Minas Gerais é o maior produtor de minério de ferro no Brasil. As reservas de minério de ferro no Brasil totalizam 28,9 bilhões de toneladas, sendo que 67% desse material está concentrado em Minas Gerais (TONIETTO; SILVA, 2011). Pode-se afirmar que a mineração é uma de suas mais importantes atividades

econômicas e que o país “ocupa uma posição mundial dominante como detentor de grandes reservas mundiais, [...] colocando-se seguramente entre os seis mais importantes países minerais do mundo” (BARRETO, 2001, p.9). Assim, considerando sua característica geológica, pode-se assim considerar o estado de Minas Gerais e, em especial, o quadrilátero ferrífero, como um verdadeiro “paraíso mineralógico” (ROESER; ROESER, 2010). O quadrilátero ferrífero é a região com maior concentração de minas em operação no mundo (CARSALADE, 2015).

Imagem 1. Distribuição das usinas por município em Minas Gerais em 2014, com destaque para a região do Quadrilátero Ferrífero



Fonte: DNPM, 2014.

Minas Gerais destaca-se como grande responsável pela produção de minerais, em especial, de minério de ferro no Brasil. Contudo, nota-se também que o Estado enfrenta as consequências ambientais e de transformação da paisagem provocados pela atividade de mineração. A mineração de ferro é, sem dúvida, o setor “que tem o maior potencial de geração de impactos ambientais no quadrilátero ferrífero”, em especial, a geração de resíduos (TONIETTO; SILVA, 2011, p. 32). Desta forma, percebe-se em Minas Gerias e, em especial, na região do quadrilátero ferrífero que a mineração é uma atividade econômica formadora e transformadora da paisagem (CARSALADE, 2015). A mineração provoca grandes alterações físicas na paisagem, por sua importância econômica e escala, bem como altera a relação entre a sociedade

e seu território (CARSALADE, 2015). No aspecto territorial, as mineradoras são verdadeiros agentes transformadores da paisagem, em especial, quando se utilizam das grandes minas a céu aberto, deixando muitas “marcas” na paisagem, mas também pela problemática ambiental. No aspecto sociocultural, a atividade das mineradoras provocam grandes impactos nas populações moradoras dos territórios afetados.

Em especial, pode-se destacar no Quadrilátero Ferrífero a região do Alto Paraopeba, formada pelos municípios de Belo Vale, Congonhas, Conselheiro Lafaiete, Entre Rios de Minas, Jeceaba, Ouro Branco e São Brás do Suaçuí. Essa região tem se constituído como um importante polo industrial ligado à extração mineral. A integração entre os municípios que compõem essa região tem sido objeto de investigação e de observância pela gestão pública. Tal fato levou à constituição do Consórcio Público para o Desenvolvimento do Alto Paraopeba (CODAP) em 2006, que tem como objetivo, o planejamento e execução de projetos e programas que visem o desenvolvimento regional sustentável, beneficiando a população da região.

No município de Congonhas, a mineração de ferro teve início em 1808 com a criação de uma fábrica no Morro do Pilar, fundada por Manoel Ferreira da Câmara, atingindo a produção de ferro gusa em seis anos de atividade (MINAS GERAIS, 2011). Entre 1811 e 1812, o Barão de Eschwege construiu uma pequena indústria siderúrgica conhecida como Fábrica de Ferro Patriótica, que utilizava um modelo de pequenas forjas de fundição de ferro líquido, além de inovações técnicas de engenho hidráulico e forjas italianas, que funcionou até o ano de 1822 (AZEVEDO, 2007; MINAS GERAIS, 2011). Cabe destacar, segundo alguns autores que a criação dessas indústrias siderúrgicas era considerada fundamental para a construção de um espaço de exploração capitalista dos recursos naturais da região, “processo que recolocou insistentemente a economia do estado em conexão estreita com setores chave da economia global” (SILVA; SANTOS, 2010, p.7). Ainda no século XIX várias empresas de capital inglês passaram a explorar o outro brasileiro (CARSALADE, 2015). No período entre o final do século XIX e início do século XX, deu-se a implantação da malha ferroviária nacional que contribui para o desenvolvimento das atividade de mineração, especialmente em Minas Gerais, integrando-o às demais regiões do país.

Em 1911, o dinamarquês Arn Kirstein Thun adquiriu a fazenda onde fica localizada a Mina Casa de Pedra, que iniciou sua produção em 1913, com o uso de técnicas manuais. Após a crise de 1929, o governo federal assumiu a liderança da indústria

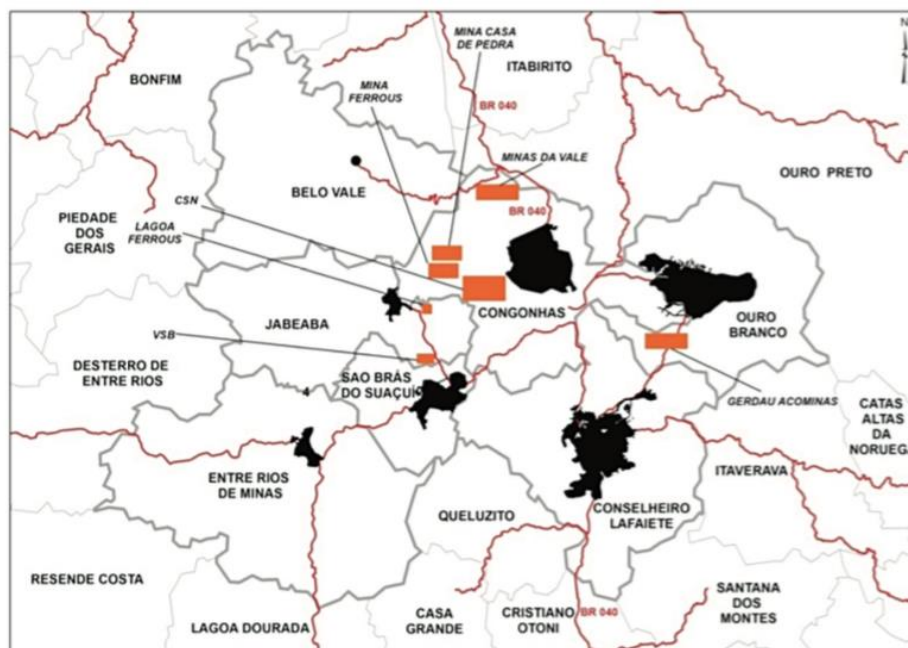
siderúrgica no país. Em 1941 foi fundada a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), recebendo, em 1942, autorização para atuar como empresa de mineração (MILANEZ, 2011). Para garantir o abastecimento de minério de ferro para o funcionamento da CSN, em 1946, a empresa de Arn Kirstein Thun foi desapropriada em 1946, passando à propriedade da CSN (CSN, 2018). Após a sua implantação em Congonhas, a CSN manteve-se como empresa estatal até a década de 1990, quando passou por reestruturação e privatização. Nesse momento, a empresa ampliou seu investimento em atualização tecnológica e aumento da escala de extração. Em 1993, a CSN passou da produção de 8,5 para 13 milhões de toneladas/ano. Nos últimos anos, impulsionada pela demanda chinesa, a CNS planejou novas expansões, prevendo o aumento da produção para 22 milhões em 2010 e 70 milhões em 2014 (MILANEZ, 2011).

Reafirmando o potencial de exploração mineral, nos últimos anos, especialmente a partir de 2007, o Governo do Estado de Minas Gerais vem anunciando uma série de projetos de investimento na região do Alto Paraopeba. Em 2007, o governo anunciou a construção do Distrito Industrial no município de Jeceaba visando a implantação do complexo industrial da Vallourec Sumitomo do Brasil – VSB, voltado à produção de tubos de aço sem costura. Conforme aponta Souza (2010), a área de implantação do empreendimento (11.872.120,00m²) corresponderia a quase 50% da área urbana dos municípios Entre Rios de Minas, Jeceaba e São Brás do Suaçuí, localizados no entorno, correspondendo à área de influência direta do distrito industrial (24.661.914,84m²). Ainda no mesmo ano, o governo também anunciou a implantação do Distrito Industrial de Congonhas, destinado à instalação de uma unidade siderúrgica da CSN voltada à produção de aço laminado. O projeto previa uma área de implantação e ampliação (29.371.485,99 m²) cerca de três vezes maior à área urbana do distrito sede do município (9.944.875,91m²). Ainda, em 2007, a Gerdau-Açominas anuncia a expansão de seu complexo industrial e, em 2008, as mineradoras Ferrous Resources do Brasil e a Nacional Minérios S.A. – Namisa anunciam a implantação de empreendimentos minerários no município de Congonhas (SOUZA, 2010). Como pode-se notar, esses projetos se estendem por grandes porções do território dos municípios, em especial, de Congonhas.

Como pode-se ver, a região do Alto Paraopeba tem sido objeto de grandes projetos de investimento no setor minero-siderúrgico, envolvendo interesses e ações tanto do setor público quanto do setor privado. Tal fato levou o governo a desenvolver o Plano

de Desenvolvimento Regional do Alto Paraopeba. Em 2008, o Governo do Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (SEDRU), celebrou em 2008 um convênio com o CODAP para a contratação do Plano.

Imagem 2. Localização dos grandes projetos minero-siderúrgicos e o sistema de transporte intrarregional e inter-regional



Fonte: MINAS GERAIS, 2011, P.107.

O Plano de Desenvolvimento Regional do Alto Paraopeba reforçou o papel econômico da atividade metalúrgica em Minas Gerais, com a “expansão de empreendimentos já existentes, e a implantação de novas unidades de metalurgia, siderurgia e atividades de mineração, todas conectadas com o mercado internacional” (MINAS GERAIS, 2011, p. 19). Conforme observa-se no Plano,

a região do Alto Paraopeba está recebendo o maior volume de investimentos privados em curso no país para fins minerários e siderúrgicos, fruto da articulação da iniciativa privada e os governos municipais e estadual. Os empreendimentos de grande porte viabilizados na região para os próximos anos incluem a implantação de distritos industriais, de duas grandes siderúrgicas, de duas pelletizadoras, de duas novas mineradoras e a ampliação de diversas outras indústrias. Entre elas estão as empresas Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil

(VSB), CSN, Gerdau Açominas, Vale e Ferrous. (MINAS GERAIS, 2011)

O Plano de Desenvolvimento Regional do Alto Paraopeba também incluiu uma carteira de investimentos do setor público, envolvendo projetos para o atendimento da demanda adicional de serviços de transporte, educação, saúde, água e esgoto, entre outros. Tais projetos foram analisados através pela magnitude dos impactos, projetos devidamente especificados ou caracterizados e preços de referências desses projetos. A necessidade dos investimentos públicos advém da incapacidade da região do CODAP em “acomodar” os impactos gerados pelos investimentos privados a partir de recursos próprios. Assim, notou-se a necessidade de um aporte de recursos consideráveis para a expansão da estrutura urbana e regional existente (MINAS GERAIS, 2011). Conforme o Plano,

[...] o dimensionamento da carteira de investimentos públicos tomou como referência as repercussões refletidas no “cenário otimista”. Nesse cenário, a população da região do CODAP, em 2020, seria de 375 mil habitantes, o que representa um acréscimo de 148 mil novos habitantes em relação à população de 226 mil habitantes, de 2010; o que representa um crescimento de 66%. Naquele ano, o produto interno bruto da região do CODAP alcançaria R\$ 6.033 milhões, valor 88% superior ao de 2010. Em termos do produto interno bruto *per capita*, o valor passaria de R\$ 14.238, em 2010, para R\$ 16.086, em 2020. (MINAS GERAIS, 2011, p. 93)

Como se vê, os investimentos privados no setor minero-siderúrgico previam um considerável aumento de capacidade produtiva no Alto Paraopeba e, em especial, no município de Congonhas. Além desse aumento de produtividade, os investimentos gerariam também fortes impactos na estrutura urbana dos municípios, implicando num aumento da demanda por serviços públicos em função do aumento populacional. Desta forma, o conjunto de investimentos públicos justificava-se no sentido de “ajustar” a estrutura urbana existente ao novo cenário. É bastante considerável o número e o porte dos empreendimentos previstos naquele momento para o Alto Paraopeba. Na figura abaixo, pode-se notar a localização estratégica dos projetos em relação ao sistema de transporte intraregional e inter-regional existente.

5.2. Congonhas como patrimônio cultural

No *campo cultural*, uma primeira questão que nos chama atenção é a forma como Congonhas foi valorizada como patrimônio cultural. Como podemos ver, ao longo de muitos anos Congonhas foi valorizada como um importante patrimônio nacional e

internacional, pautado em sua *valor de excepcionalidade*. Congonhas destacou-se como importante território para a extração mineral. Contudo, ao mesmo tempo, o município também foi reconhecido por seu patrimônio cultural. Tal reconhecimento destacou a importância de porções do território municipal na constituição do patrimônio cultural nacional. O conjunto arquitetônico e urbanístico de Congonhas foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e inscrito no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico em 17 de Março de 1941. Nesse processo, ressalta-se a importância de legado maior que é o conjunto arquitetônico e escultórico do Santuário do Senhor Bom Jesus do Matozinhos, que reúne o maior conjunto de arte colonial do país, sendo considerado a obra prima do Aleijadinho. Como afirma Rafael Winter Ribeiro, a inscrição de Congonhas no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico mostra-se com uma exceção no tombamento dos conjuntos urbanos na década de 1940 (RIBEIRO, 2007). Assim, ao lado dos elementos urbanísticos e arquitetônicos, bem como dos elementos artísticos, pode-se notar também o reconhecimento de seus aspectos paisagísticos.

No que diz respeito do reconhecimento internacional, o dossiê aprovado pela UNESCO em 1985, ressalta que o Santuário é fruto a devoção dos pioneiros foi responsável por um notável florescimento da arte religiosa, cheio de reminiscências barrocas, influenciados pelas correntes rococó. O Dossiê ainda destaca que o Santuário, enterrado na natureza ainda exuberante das montanhas brasileiras, é uma parte integrante da paisagem, constituindo a realização plena da união da natureza, religiosidade do homem e da cultura brasileira. Como pode-se observar, em nível nacional e internacional, parece ser possível compreender que o reconhecimento de Congonhas como patrimônio cultural dá-se pela proteção do conjunto arquitetônico em contraponto às serras como elemento natural que o emoldura.

Ao longo de seu desenvolvimento, as cidade de Congonhas expandiu-se para outras áreas anteriormente desocupadas, configurando, atualmente, uma paisagem urbana bastante heterogênea. Um intenso processo de expansão ocorreu a partir de 1946 com a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional. Para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, a instalação da Siderúrgica trouxe graves consequências para a preservação do patrimônio cultural, em função do crescimento desordenado (BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA, 1988; BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. PROGRAMA MONUMENTA, 2005). Segundo o relatório do Programa Monumenta de 1988,

[...] as transformações provocadas pela mineração e metalurgia nos Sítios Históricos Mineiros, a partir da década de 60, do século XX, foram mais sentidas em Congonhas, do que em qualquer outra cidade. A implantação do complexo siderúrgico da Açominas, entre 1976 e 1987, teve um efeito arrasador sobre Congonhas. A população passou de 14.126, em 1970, para 25.282 em 1981, e para 45.000 em 1988. Apresentando um crescimento de 900% em relação a 1941 e causando modificações na estrutura espacial, na ocupação desordenada da área central, na expansão da periferia e no surgimento de novos bairros. (BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. PROGRAMA MONUMENTA, 2005, p. 44)

Um artigo publicado no periódico SPHAN pró-memória de 1988, apontava as consequências da instalação do parque minero-siderúrgico no município de Congonhas, chamando a atenção para o crescimento urbano provocado pelo aumento populacional e para a falta de um ordenamento territorial da expansão urbana (BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA, 1988).

5.3. Embates políticos recentes

No *campo político*, pode-se notar a presença dos atores políticos estaduais e municipais, que buscam articulações para as tomadas de decisão no espaço público. Além disso, pode-se notar a entrada de atores nesse campo que buscam articular temas de interesse público. Nota-se que a perspectiva de expansão da atividade mineradora na Serra Casa de Pedra provocou grande mobilização da população local, na qual um grupo de moradores solicitou o tombamento (CAMARGOS, 2012a, f). Em 2007, a Serra da Casa de Pedra foi tombada, dependendo, contudo, de regulamentação dos limites da área a ser explorada ser definida por projeto de lei. Como o projeto proposto foi de iniciativa popular e desagradava totalmente aos planos da CSN, o prefeito afirmou apoiar o projeto alternativo enviado pela empresa. Segundo o prefeito, "o projeto de iniciativa popular não representa[ria] o pensamento predominante na comunidade. O projeto da CSN está[ria] de acordo com o que pensa o governo" (CAMARGOS, 2012d). Cabe destacar que inicia-se uma grande discussão sobre o valor paisagístico da Serra. Nesse contexto, a prefeito chegou a afirmar que a expansão da atividade de mineração só comprometeria a paisagem após 30 anos de exploração.

Em 2 de maio de 2007, foi aprovada a Lei nº 2.694 que dispõe sobre o tombamento do conjunto paisagístico da Serra “Casa de Pedra” e dá outras providências. De acordo com o artigo 1º,

[...] fica tombado, para fins de preservação, o conjunto das vertentes voltadas para a área urbana, que compõe a silhueta do conjunto natural paisagístico de serras da “Serra Casa de Pedra”, bem como suas interseções, nascentes e mananciais que asseguram o abastecimento público de água do município, garantindo sua preservação para a presente e futuras gerações.

A lei estabelece, em seu artigo 2º, não ser admitida nenhuma interferência de atividades, mesmo as consideradas de baixo impacto e de uso sustentável, na área tombada. E ainda, define que as atividades que ameacem ou destruam o bem tombado, serão imediatamente suspensas.

Em 2009, foi instaurado o Inquérito Civil MPMG-0180.12.000185-4, visando apurar possíveis fatos causadores de danos ambientais no município de Congonhas, vinculadas às atividades de mineração na área da Casa de Pedra. Para o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), o Morro do Engenho, parte da Serra da Casa de Pedra, em Congonhas, na Região Central do estado, integra área destinada a reserva ambiental legal desde 2004 e, portanto, não podendo ser minerada pela CSN. Outro ponto a ser ressaltado em defesa do Morro do Engenho é que a montanha emolduraria os profetas esculpidos por Aleijadinho no adro da Basílica de Bom Jesus de Matosinhos, sendo parte integrante do que é considerado Patrimônio da Humanidade (CAMARGOS, 2012e). Além disso, o morro é uma importante reserva ambiental com 29 captações de água, que responde pela metade do abastecimento de Congonhas. O laudo técnico do MPMG revela que se a área for minerada implicará “perda imensurável para o meio ambiente e para a sadia qualidade de vida da população de Congonhas” (CAMARGOS, 2012b).

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) informou que estaria mantendo um diálogo com os vereadores de Congonhas desde 2007, quando foi anunciado o investimento de R\$ 11 bilhões. O projeto previa a criação do distrito industrial pode quintuplicar a arrecadação de impostos de Congonhas. Nesse empreendimento, seriam criados 20 mil empregos diretos e indiretos. A empresa ressaltaria que busca o desenvolvimento sustentável da região e que preservaria a biodiversidade e as reservas hídricas. Segundo informações divulgadas pela mídia,

“a proposta de poligonal sugerida pela empresa aumenta a área protegida de florestas e matas de 1.019 hectares para 1.231 hectares, proporcionando maior riqueza biológica; e prevê o aumento da área tombada em direção ao Parque das Cachoeiras e a preservação das captações do Engenho, Parque das Cachoeiras e Poço Fundo” (CAMARGOS, 2012c).

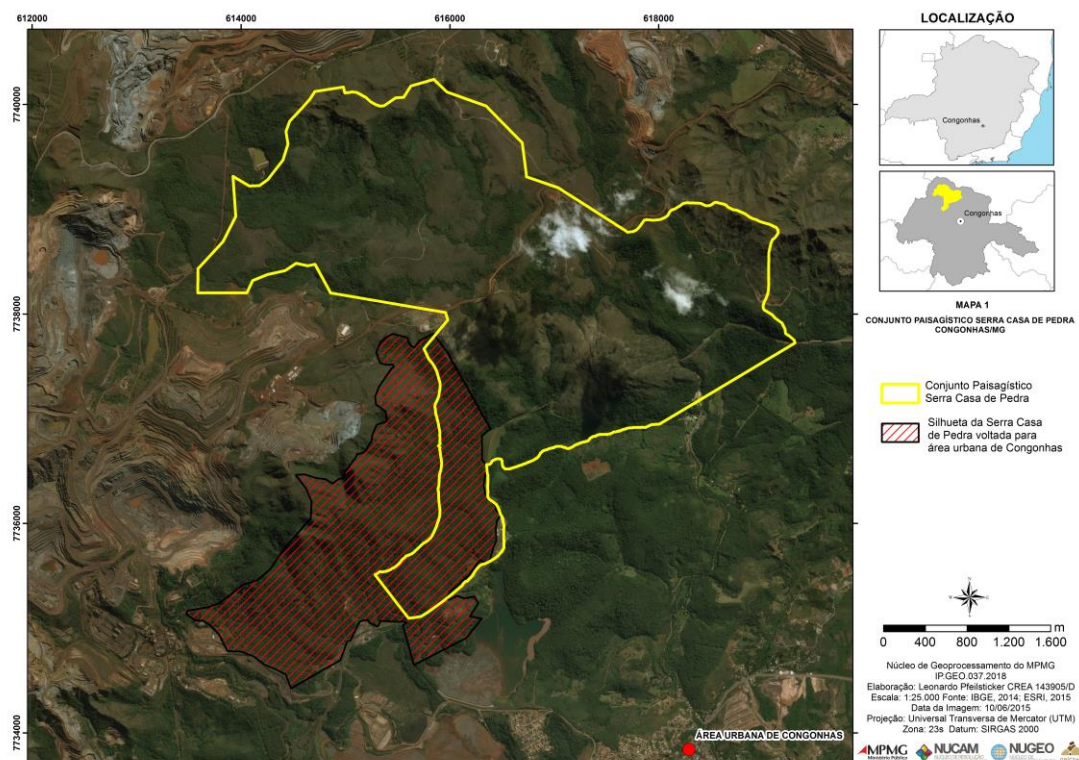
Segundo matéria divulgada na mídia, “a CSN não vê[ria] possibilidade de sequência a qualquer projeto que impacte o fornecimento de água do município e tem discutido ativamente com a COPASA um plano racional de uso dos recursos hídricos” (CAMARGOS, 2012c). Entretanto, a empresa não se pronunciaria quanto à preservação da paisagem. “Qualquer alteração no perfil das áreas da mineração só poderá ser definida depois do processo de licenciamento ambiental e com a definição da área passível de ser minerada”, informa Camargos (2012c).

Em 28 de dezembro de 2012 foi aprovada a Lei nº 3.224 que dispõe sobre o espaço territorial tombado, denominado conjunto de serras Casa de Pedra. É interessante notar que, apesar do tombamento, a lei permite, “por um prazo de três anos, a realização de pesquisas e sondagens geológicas na área, sem prejuízo da necessidade de autorizações e licenciamentos ambientais previstos em lei”. Apesar da aprovação da Lei, iniciaram-se discussões sobre a abrangência da área a ser preservada.

Em 5 julho de 2018, foi elaborado um estudo pelo Núcleo de Geoprocessamento do Ministério Público de Minas Gerais, por solicitação do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Urbanismo e Habitação, e a Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Cultura e Turístico, no âmbito do Inquérito Civil MPMG-0180.12.000185-4, com o objetivo de “representar, em mapa, a área tombada do Conjunto Paisagístico Serra Casa de Pedra a fim de verificar se este contempla as vertentes que compõem silhueta e que estão voltadas para a área urbana do município de Congonhas” (KNEGT, 2018, p. 1). O estudo conclui que

a área tombada do Conjunto Paisagístico Serra Casa de Pedra não contempla em sua totalidade as vertentes que compõem silhueta da Serra Casa de Pedra que estão voltadas para a área urbana do município de Congonhas. De fato, a área tombada abrange apenas baixa vertente do promontório em questão não alcançando, justamente, as áreas mais elevadas e, portanto, de maior visibilidade e beleza cênica. (KNEGT, 2018, p. 5)

Imagem 3. Mapa de delimitação da área tombada do Conjunto Paisagístico da Serra Casa de Pedra e da silhueta da Serra Casa de Pedra voltada para a área urbana de Congonhas



Fonte: KNEGT, 2018.

Na imagem acima, pode-se notar a área ocupada pela mina Casa de Pedra, bem como a área do território tombada e delimitada pela legislação municipal. Além disso, o mapa mostra, em destaque, a área do território que contém a silhueta da Serra Casa de Pedra voltada para a área urbana de Congonhas. Nota-se que a área tombada abrange apenas parcialmente a silhueta voltada para a cidade. Assim, pode-se perceber que a questão da delimitação das áreas a serem protegidas e a serem exploradas ainda é uma questão em aberto. Algumas questões como em que condições as delimitações foram feitas, quais interesses influenciaram no resultado, bem como em quais condições políticas a legislação foi aprovada pode ainda ser colocadas.

6. Considerações finais

No caso de Congonhas, parece que o projeto de expansão da atividade mineradora da CSN configurou-se como um verdadeiro “enclave territorial”, envolvendo interesses externos e internos ao município que interferem no jogo político. De um lado, a

perspectiva do desenvolvimento econômico criada pela exploração da riqueza mineral existente no município, de outro a perspectiva da proteção do patrimônio cultural (e ambiental). Aqui, apreço haver a presença de discursos econômicos e culturais distintos, que poderiam ser explicitados por meio da análise das práticas dos diferentes atores sociais. Tanto no campo econômico quanto no campo cultural pode-se identificar a existência de atores sociais que atuam na defesa dos diferentes pontos de vista sobre a questão.

Nesse sentido, a análise da formação histórica dos campos econômico, cultural e político parece ser bastante eficaz na elucidação dos processos de construção das práticas e dos discursos dos diferentes atores sociais envolvidos. Como se viu no caso de Congonhas, no *campo econômico*, a expansão da atividade mineradora da empresa CNS (além das outras existentes no município) na mina Casa de Pedra (integrante da Serra Casa de Pedra) tem sido vista como importante ação para o desenvolvimento econômico do município. Pode-se indagar sobre a atuação decisiva das grandes empresas do setor. Por outro, no *campo cultural*, a questão centra-se na relevância da Serra Casa de Pedra enquanto patrimônio cultural (incluindo seus elementos ambientais). Pode-se indagar sobre o papel dos órgãos ligados à preservação do patrimônio cultural (e ambiental). No *campo político*, a ênfase pode ser dada nos atores políticos. Pode-se indagar sobre a capacidade de atuação política, na articulação com outros atores sociais, e sobre influência nas decisões políticas que afetam o território.

Desta maneira, a análise dos atores buscando compreender suas práticas sociais, englobando sua ação e discurso parece bastante profícua enquanto estratégia metodológica. Nessa perspectiva, a teoria social de Pierre Bourdieu poderia contribuir para o desvelamento do campo de poder decorrente dos conflitos entre a proteção do patrimônio cultural (e ambiental) e os projetos de mineração que incidem sobre o território. Contudo, para conclusões mais assertivas, seria preciso aprofundar na análise das ações e dos discursos praticados pelos atores sociais. Assim, caberia investigar sobre os atores sociais, compreendendo os elementos essenciais dos discursos (hegemônicos e não-hegemônicos) que justificam suas ações e legitimam seus interesses considerando suas posições no espaço social, bem como sua relação ao substrato material do território.

7. Referências

- ACSELRAD, Henri. Sustentabilidade e território. In: HERCULANO, SELENE C.; PORTO, MARCELO FIRPO DE SOUZA; FREITAS, CARLOS MACHADO DE (Org.). . *Qualidade de Vida & Riscos Ambientais*. Niterói: EdUFF, 2000. p. 49–88.
- AZEVEDO, Úrsula Ruchkys De. *Patrimônio geológico e geoconservação do Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais*. 2007. Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.
- BARRETO, Maria Laura. *Mineração e desenvolvimento sustentável: Desafios para o Brasil*. Rio de Janeiro: CETEM/MCT, 2001.
- BERTRAND, Georges. Le paysage entre la Nature et la Société. *Revue géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest*, v. 49, n. 2, p. 239–258, 1978.
- BERTRAND, Georges; LELLI, Laurent. Le projet de paysage: alibi cultural ou “révolution copernicienne”? In: BÉDARD, MARIO (Org.). . *Le paysage: un projet politique*. Québec: Presses de l’Université du Québec, 2009. p. 197–206.
- BESSE, Jean-Marc. *O gosto do mundo: exercícios de paisagem*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 9. ed. Campinas: Papyrus, 2008.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA. Congonhas: santuário da arte mineira. *SPHAN pró-memória*, n. 41, 1988.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. PROGRAMA MONUMENTA. *Sítios históricos e conjuntos urbanos de monumentos nacionais: sudeste e sul.* , Cadernos Técnicos. Brasília: [s.n.], 2005.
- CAMARGOS, Daniel. Ameaça aos profetas de Congonhas será votada nesta terça-feira. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 2012a. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2012/09/25/interna_politica,319439/ameaca-aos-profetas-de-congonhas-sera-votada-nesta-terca-feira.shtml>.

CAMARGOS, Daniel. Área que a CSN pretende minerar em Congonhas não pode ser explorada, afirma MP. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 2012b. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2012/04/27/interna_politica,291297/area-que-a-csn-pretende-minerar-em-congonhas-nao-pode-ser-explorada-afirma-mp.shtml>.

CAMARGOS, Daniel. Debate sobre o futuro de Congonhas movimenta a população: discussão sobre o futuro do patrimônio histórico e do meio ambiente movimenta a população e a política de Congonhas, o que só aumenta a responsabilidade dos nove vereadores da cidade. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 2012c. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2012/03/11/interna_politica,282754/debate-sobre-o-futuro-de-congonhas-movimenta-a-populacao.shtml>.

CAMARGOS, Daniel. Mineração pode devastar paisagem que emoldura os profetas de Aleijadinho em Congonhas. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 2012d. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2012/03/11/interna_politica,282753/mineracao-pode-devastar-paisagem-que-emoldura-os-profetas-de-aleijadinho-em-congonhas.shtml>.

CAMARGOS, Daniel. MP pode pedir que profetas de Congonhas deixem de ser Patrimônio da Humanidade: a medida pode ser levada à Unesco se não for aprovado o projeto que impede o avanço da mineração na serra vizinha ao monumento. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 2012e. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2012/03/12/interna_politica,282856/mp-pode-pedir-que-profetas-de-congonhas-deixem-de-ser-patrimonio-da-humanidade.shtml>.

CAMARGOS, Daniel. Parlamentares marcam audiência em Congonhas para discutir investimento da CSN: deputados estaduais vão à cidade, no mês que vem, para discussão pública sobre possível investimento bilionário da CSN. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 2012f. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2012/03/21/interna_politica,284557/parlamentares-marcam-audiencia-em-congonhas-para-discutir-investimento-da-csn.shtml>.

CARSALADE, Flávio de Lemos. Paisagens culturais da mineração. *ID: Território, Projeto, Patrimônio*, 2015.

CSN. CSN Mineração S.A. Disponível em: <http://www.csn.com.br/conteudo_pti.asp?idioma=0&conta=45&tipo=59540>. Acesso em: 20 jun. 2018.

DI MÉO, Guy. Patrimoine et territoire, une parenté conceptuelle. *Espaces et sociétés*, v. 78, n. 4, p. 15–34, 1994.

DI MÉO, Guy; BULÉON, Pascal. *L'espace social: une lecture géographique des sociétés*. Paris: Armand Colin, 2007.

DONADIEU, Pierre. A construção de paisagens poderá criar bens comuns? In: ISABEL LOPES CARDOSO (Org.). *Paisagem Patrimônio*. 1. ed. Porto: Dafne Editora, 2013. .

FORTIN, Marie-José. Paysage et développement: du territoire de production au territoire habité. *Sciences du territoire: perspectives québécoises*. Québec: Presses de l'Université du Québec, 2008. p. 55–76.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, MILTON (Org.). *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. .

JACKSON, John Brinckerhoof. *Discovering the vernacular landscape*. New Haven, London: Yale University Press, 1984.

KNEGT, Leonardo Mateus Pfeilsticker De. *Conjunto Paisagístico Serra Casa de Pedra*. . Belo Horizonte: [s.n.], 2018.

LAHIRE, Bernard. Os limites do conceito de campo. In: SOUZA, JESSÉ; BITTLINGMAYER, UWE (Org.). *Dossiê Pierre Bourdieu*. Belo Horizonte: Editora Ufmg, 2017. p. 29–79.

LENIAUD, Jean-Michel. *L'utopie française. Essai sur le patrimoine*. Paris: Ed. Mengès, 1992.

LUGINBÜHL Y. *La demande sociale de paysage. Conseil national du paysage - séance inaugurale du 28 mai 2001*. [S.l: s.n.], 2001.

MICELI, Sérgio. A força do sentido. In: MICELI, SÉRGIO (Org.). *A economia das*

trocas simbólicas. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007. .

MILANEZ, Bruno. Grandes minas em Congonhas (MG), mais do mesmo? In: FERNANDES, FRANCISCO REGO CHAVES; ENRÍQUEZ, MARIA AMÉLIA RODRIGUES DA SILVA; ALAMINO, RENATA DE CARVALHO JIMENEZ (Org.). . *Recursos Minerais & Sustentabilidade Territorial: grandes minas*. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2011. .

MINAS GERAIS. *Plano de Desenvolvimento Reginal do Alto do Paraopeba: investimentos estratégicos*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana - SEDRU-MG, 2011.

OLWIG, Kenneth R. *Landscape, Nature and the Body Politic: From Britain's Renaissance to America's New World*. Madison: University of Wisconsin Press, 2002.

OLWIG, Kenneth R. Recovering the substantive nature of landscape. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 86, n. 4, p. 630–653, 1996.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RIBEIRO, Rafael Winter. *Paisagem Cultural e Patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

ROESER, Hubert Matthias Peter; ROESER, Patricia Angelika. Quadrilátero ferrífero - MG, Brasil: aspectos sobre sua história, seus recursos minerais e problemas ambientais relacionados. *Geonomos*, v. 18, n. 1, p. 33–37, 2010.

SILVA, Harley; SANTOS, Igor R. Torres. *Mineração e cidade, cidade da mineração: notas sobre a produção do espaço urbano das cidades mineiras sob a égide da indústria mineradora*. . Diamantina: [s.n.], 2010.

SOUZA, Leandro de Aguiar e. Processos regionais, instrumentos urbanísticos municipais: uma abordagem da chamada rede urbana do Alto Paraopeba, Minas Gerais. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, v. 17, n. 21, p. 115–133, 2010.

THOMSON, Patricia. Field. In: GRENFEI, MICHAEL (Org.). . *Pierre Bourdieu: key concepts*. Trowbridge: Acumen Publishing Limited, 2008. .

TONIETTO, Ângela; SILVA, Janaina J.M.C. Valoração de danos nos casos de mineração de ferro no Brasil. *Revista Brasileira de Criminalística*, v. 1, n. 1, p. 31–38,

5º Colóquio Ibero-Americano: Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto

Belo Horizonte/MG - de 26 a 28/09/2018

2011. Disponível em: <<http://rbc.org.br/ojs/index.php/rbc/article/view/15>>.

VAINER, Carlos Bernardo. Planejamento territorial e projeto nacional: os desafios da fragmentação. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 9, n. 1, p. 9–23, 2007.

VAINER, Carlos Bernardo; ARAUJO, Frederico Guilherme Bandeira De. *Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional*. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.